



OS POVOS INDÍGENAS DO ACRE NO JORNAL VARADOURO

Danilo Rodrigues do Nascimento¹

Teresa Almeida Cruz²

RESUMO

Este trabalho objetiva dar visibilidade aos povos indígenas do Acre a partir do jornal *Varadouro: um jornal das selvas*. Está vinculado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), em andamento, desenvolvido no projeto de pesquisa intitulado “Releituras da História: povos indígenas nos arquivos de Rio Branco – Acre”. Na história do Acre assim como na história do Brasil, os indígenas foram marginalizados. Os jornais locais, os relatórios de governo invisibilizam a ação histórica dos indígenas. Entretanto, o *Varadouro* se diferencia dos outros jornais, trazendo uma série de matérias que destacam a situação de abandono dos indígenas e suas lutas em defesa de seus territórios e seus modos de vida. Então, este trabalho analisa estas matérias deste jornal a partir das leituras teóricas da historiadora Maria Regina Celestino de Almeida e do antropólogo João Pacheco de Oliveira que trazem uma perspectiva da participação dos povos indígenas na construção e consolidação da História do Brasil, quebrando uma visão de que eles desapareceriam da história. Nesse sentido, tivemos como resultados parciais a visibilidade dos indígenas no *Varadouro*, construindo um novo olhar que considera a valorização dos povos indígenas na formação histórica e social do Acre.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos. Povos Indígenas. História do Acre.

ABSTRACT

This work aims to give visibility to the indigenous peoples of Acre from the newspaper *Varadouro: a newspaper of the jungles*. It is linked to the ongoing Institutional Scientific Initiation Scholarship Program (PIBIC), developed in the research project entitled "Rereading History: Indigenous Peoples in the Rio Branco - Acre Archives". In the history of Acre as well as in the history of Brazil, the indigenous people were marginalized. Local newspapers and government reports make the historical action of the indigenous people invisible.

¹Possui Graduação em Bacharelado em História pela Universidade Federal do Acre (2018). Elaborou sua monografia intitulada como " Futebol Acreano: Entre a cultura esportiva e a profissionalização (1980-1990). É bolsista CNPQ no projeto de pesquisa "Releituras da História - Povos Indígenas nos arquivos de Rio Branco - Acre". Atualmente, é aluno do Curso Licenciatura em História na Universidade Federal do Acre.

E-mail: negogato64@gmail.com.

² Possui graduação em História pela Universidade Federal do Acre (1999), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2001), doutorado em Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (2012) e Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (2016). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Acre. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da África, Cultura Afro-brasileira e História Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura afro-brasileira, gênero e meio ambiente, desenvolvimento sustentável, movimento de mulheres camponesas e mulheres da Amazônia e História Indígena do Acre. É assessora do Movimento de Mulheres Camponesas do Acre e do Brasil.

E-mail: teresa.almeida.cruz@gmail.com.



However, Varadouro differs from other newspapers, bringing a series of articles that highlight the situation of abandonment of indigenous people and their struggles in defense of their territories and their ways of life. Therefore, this paper analyzes these articles of this newspaper from the theoretical readings of historian Maria Regina Celestino de Almeida and anthropologist João Pacheco de Oliveira that bring a perspective of the participation of indigenous peoples in the construction and consolidation of the history of Brazil, breaking a vision of that they would disappear from history. In this sense, we had as partial results the visibility of the indigenous people in Varadouro, building a new look that considers the valorization of indigenous peoples in the historical and social formation of Acre.

KEYWORDS: Archives. Indigenous. Acre History

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo brotou como parte do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC-UFAC) intitulado “Releituras da História: povos indígenas nos arquivos de Rio Branco – Acre”, em andamento, tendo como objeto de estudos as representações indígenas a partir deste jornal.

Os povos indígenas desde o século XVI sofrem com ataques nas línguas, culturas, enfim, nos seus modos de vida. Desse modo, é importante destacarmos que, dentro do processo de colonização, os grupos étnicos sempre tiveram maneiras de resistências aos mecanismos dos colonizadores. Assim, podemos destacar que todos os processos dos preconceitos são histórico, cultural, linguístico e representativo, pois quando analisamos os meios midiáticos, livros didáticos e o dia 19 de abril, quando as escolas desenvolvem pinturas, pesquisas e vestimentas características dos povos indígenas, verificamos que há reprodução de estereótipos, associando os povos indígenas a selvagens, bárbaros, preguiçosos, que vivem na floresta e muitos outros que se desenvolveram dentro da sociedade brasileira.

A partir dessa perspectiva, as representações dos povos indígenas sempre foram apresentadas a partir das visões reducionistas. Nesse sentido, os meios midiáticos transmitem constantemente essa ideia de índios preguiçosos, vivendo na floresta, violentos, bêbados e pedintes de rua.

Nesse sentido, as pesquisas e estudos da historiadora Maria Regina Celestino de Almeida rompe com essa perspectiva estereotipada sobre os povos indígenas, porque ela apresenta o sentido do protagonismo indígena, ou seja, mostrando que, os índios estão



presentes na História do Brasil, os tempos colônias, como agentes históricos, tecendo múltiplas resistências e agência indígena.

A historiografia acreana foi alicerçada a partir da exclusão e extinção dos povos indígenas, pois quando analisamos obras clássicas como “A Conquista do Deserto Ocidental” do historiador, político e jornalista João Craveiro Costa, temos a sensação a partir do próprio título do livro, que essa região era desértica. Assim, ele analisa os conflitos entre brasileiros e bolivianos na região, fala do Tratado de Petrópolis (1903), que consentiu a anexação do território ao Brasil. Primeiramente, os livros dos séculos XIX, XX e XXI tem se articulado a partir de uma visão reducionista das Amazônias. De acordo, com os estudos de Ana Pizarro³, a Amazônia sofreu com visões preconcebidas e reducionistas a partir de discursos de viajantes, que forjaram um imaginário e modernização da sua visão de mundo para com as Amazônias.

O antropólogo João Pacheco de Oliveira discute as narrativas e construção dos discursos sobre os indígenas no prefácio do seu livro “*O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridade*”, afirmando que:

Em geral, as ações indígenas no passado – e também no presente são explicadas a partir de representações distorcidas e estigmatizantes, que possibilitam a compreensão dos objetivos e significados que tiveram para os seus contemporâneos, levando os leitores (atuais e do passado) a minimizar a importância dessas iniciativas (OLIVEIRA,2016, p.7-8).

Assim, podemos destacar que, os povos indígenas do Brasil foram lidos sempre a partir da visão de um olhar do outro. Essa visão sempre foi prejudicial aos povos indígenas, porque sempre distorceu as culturas, as línguas, as artes, as danças, etc. De tal modo que, essa perspectiva levou a minimizar a importância das lutas indígenas.

As constituições brasileiras sempre representaram um segmento da sociedade específica, isto é, os anseios das classes burguesas. Por exemplo, a Constituição de 24 de março de 1824, apresenta em seu artigo primeiro e parágrafo quinto – a catequese e civilização dos indígenas. Assim, essas constituições trazem em seus esboços o sentido de assimilação dos povos indígenas na sociedade. Desse modo, conferindo aos povos indígenas o

³ É chilena, professora e pesquisadora da Universidade de Santiago do Chile e doutora em letras pela Universidade de Paris. Especialista em temas relacionados com literatura e cultura na América Latina, já trabalhou em centros de estudos e universidades no Chile, França, Argentina, Venezuela e Brasil. Disponível: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/38/entrevista.pdf> acesso: 25 de Maio de 2019.



espaço da morte cultural, religiosa, linguística e social das diversas sociedades indígenas no Brasil. Porém, a constituição de 1988 quebra com essa perspectiva, pois leva em consideração as diversidades dos povos indígenas. Nesse sentido, vale ressaltar que essa nova perspectiva foi alicerçada a partir de muitas lutas e reivindicações dos povos indígenas.

Os anos 1970 e a década seguinte foram significativos para a conquista de direitos dos povos originários, pois o movimento indígena nascente buscou espaço político nos debates em torno da construção da nova constituição nacional. Abriram-se novos canais em busca da superação da opressão histórica e de novos horizontes que foram expressos no reconhecimento dos direitos dos povos originários, previstos nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal (CF), promulgada em 1988 (KAYAPÓ, 2016, p. 66).

Desse modo, os anos de 1970 é bem significativo para os povos indígenas, porque esse momento histórico é caracterizado como a busca de espaços político, social e cultural dos povos indígena a partir da conjuntura dos movimentos indígenas que encontram respaldos legais na promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconhecem os modos de vidas, tradições e direito à terra, destacando os direitos dos povos originários.

Porém, quando fazemos uma análise histórica dos povos indígenas na conjuntura americana, brasileira e acreana ficamos diante de muitos processos de adestramento, correrias, trabalhos e extermínios para com os povos indígenas. No livro “Os mecanismos da Conquista Colonial” de Ruggiero Romano (2007) traz a perspectiva do mecanismo de conquista de uma região na América, apontando traços do extermínio indígenas por partes desses “colonizadores” espanhóis:

Os espanhóis levam consigo (para a América) valores, preceitos, critérios, princípios: se os gestos da conquista contribuíram para criar o mito da superioridade espanhola, é igualmente verdade que, se foi possível lançar-se nesta aventura, é porque já se tinha uma noção clara desta superioridade. Esta convicção advém das vitórias contra os muçulmanos na reconquista do território nacional. Também das cavalgadas que cavaleiros espanhóis iam realizar nas costas da Barbaria. Empreendimentos bem-sucedidos. Já tinham como insígnia três palavras que serviriam de tema geral para a conquista da América: oro, honor (honra) y evangelio (ROMANO, 2007, p.30).

Assim, essa citação evidencia muito bem essas formas dos colonialismos, pois notamos uma dominação política, linguística, econômica e territorial nas Américas. Romano (2007) destaca que o primeiro gesto de Cristóvão Colombo quando chegou à América foi



fincar uma cruz para deixar bem explícito que essas populações eram selvagens e precisavam ser cristianizadas. Desse modo, a colonialidade é definida como:

É um dos elementos constitutivos e específicos de um padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular daquele padrão de poder, e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da existência cotidiana e da escola social (QUIJANO, 2009, p.73).

Nesse sentido, podemos afirmar que ainda existem formas de dominações ideológicas na sociedade brasileira, porque os livros didáticos, os meios midiáticos e os documentários são permeados de visões reducionistas e equivocadas dos povos indígenas. Desse modo, podemos destacar que, a Lei 11.645/2008⁴ faz-se necessária para termos um maior protagonismo dos povos indígenas na História (ALMEIDA, 2010).

Os povos indígenas são constituídos por histórias e riquezas que não se limitam ao senso comum extravasados nas falas dos alunos e alunas, meios midiáticos etc. Esse senso comum, muitas vezes, é construído pelas mídias de massa, e infelizmente, pelos próprios livros didáticos. Desse modo, a abordagem de Almeida (2010) é pertinente, pois ela demonstra que, os povos indígenas no Brasil tiveram várias formas de resistências e lutas. Assim, ela apresenta uma nova perspectiva da História indígena, ressaltando que eles sempre tiveram presentes na história do Brasil, não foram extintos ou aculturados, mas preservaram/ressignificaram suas identidades étnicas, tornando-se agentes históricos nas lutas pelos seus direitos.

2 VARADOURO: UM JORNAL DAS SELVAS

A conjuntura histórica do Jornal Varadouro remete ao período de 1977, momento histórico que é marcado pela ditadura militar e “colonização e ocupação do Acre”. Assim, este jornal teve como expoentes ativistas e jornalistas como Sílvio Martinello e Elson Martins, com o apoio do bispo de Rio Branco, dom Moacyr Grecchi.

⁴ Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 25 de maio de 2019.



Em suas 24 edições, Varadouro deu voz aos trabalhadores do campo e aos índios da região, ajudando-os a organizar um forte movimento que integrou a luta por melhores condições de vida e a defesa da floresta contra a ganância predatória de madeireiros e pecuaristas. Foi o primeiro jornal a publicar uma entrevista com Chico Mendes, líder dos seringueiros e ambientalista que se tornou um colaborador ativo da publicação⁵.

Nesse sentido, este jornal tinha como objetivo denunciar todas as formas de violências e difundir as vozes dos seringueiros, indígenas contra todas as formas de silenciamentos na ditadura militar. Vale destacar a conjuntura histórica de incentivo por parte dos militares e do governador Wanderley Dantas para a vinda dos fazendeiros do centro sul do país que ficaram conhecidos como “paulitas” que compraram os seringais por preços irrisórios para desenvolver a agropecuária, gerando sérios conflitos com seringueiros, ribeirinhos e indígenas que passaram a ser expulsos de seus territórios.

Um dos fatores, de ordem mais geral, em toda a área da Amazônia, foi a perspectiva de obtenção dos benefícios dos incentivos fiscais. Estes incentivos, conforme vimos no capítulo anterior, foram criados com a finalidade de atrair investimentos nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento da região, conforme o plano de valorização econômica da Amazônia (DUARTE, 1987, p. 55).

O interesse dos investidores se voltou, inicialmente, para as áreas mais próximas às regiões mais densamente povoadas, devido à possibilidade de obtenção de uma maior renda diferencial da terra. Os maiores projetos agropecuários aprovados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) se localizaram principalmente em Mato Grosso, Goiás e Pará. Dos 326 projetos aprovados pela Sudam até agosto de 1980, somente para estes estados foram aprovados 299 projetos, representando 91,72 % do total. Enquanto isso, as demais unidades federativas que fazem parte da Amazônia legal (Acre, Amapá, Amazonas, parte do Maranhão, Rondônia e Roraima) totalizaram apenas 8,28% dos projetos aprovados. Com apenas 4 projetos agropecuários aprovados com recursos da Sudam para o Acre, até 1980, dificilmente se poderia dizer que os investimentos fiscais foram um atrativo para o capital investir nesse estado.

Segundo Duarte (1987), nos apelos feitos pelo governador Wanderley Dantas (1970/74), ao empresariado do centro-sul, os incentivos fiscais do decreto-lei 291/67, bem como a adoção da agropecuária como atividade econômica básica a ser desenvolvida, foram

⁵ <http://resistirepreciso.org.br/alternativa/varadouro/> acesso: 25 de maio de 2019.



os argumentos principais utilizados em sua política de abrir as porteiras do Acre. Com a criação do PIN, em 1970, do total do recurso obtidos através da dedução do imposto da renda, para aplicação em incentivos fiscais, 30% foram retirados da SUDAM e destinados a este programa.

Assim, dentro dos discursos dos militares podemos notar a perspectiva que permeia o imaginário sobre a Amazônia, destacando-a como esse espaço vazio e não civilizado. A Amazônia sempre foi lida pela ótica eurocêntrica; desde o século XVI com o imaginário europeu, ou seja, sempre com o olhar do etnocentrismo, a Amazônia sempre despertou um olhar de “Eldorado”, ou seja, riqueza (acumulação de capital). Notamos que com a chegada dos espanhóis no Peru, a mentalidade do século XV é na perspectiva da expansão marítima. Essa expedição chefiada por Francisco de Orellana que, partiu de Cuzco e depois de Quito, vem em busca de pedras preciosas (várias expedições para o “novo mundo”), do jardim do éden (paraíso) etc.

A Amazônia continua sendo, não somente para os americanos, mas também para os brasileiros, aquele mundo mítico e desconhecido. A Amazônia é um mundo com uma grande fauna e flora e para os naturalistas do século XIX, ela é uma biodiversidade muito rica. Diante disso, vamos reproduzindo uma Amazônia singular, mas é importante destacarmos as diversidades indígenas que sempre tiveram presentes nas florestas amazônicas.

Em pleno século XXI temos a reprodução de que a Amazônia é um lugar caracterizado como isolamento, floresta predominante, onça andando pela cidade etc. Em virtude do fato mencionado, estamos diante do jogo das hierarquias de poder dos saberes. Assim, sempre reproduzindo que a Amazônia é um lugar atrasado em face do capitalismo mundial, porque todos querem explorar a Amazônia. Durante muito tempo reproduzimos que a “Amazônia é o pulmão de mundo”.

Pulmão do mundo. No que você pensa ao ouvir essa expressão? Ora, só dá para imaginar que a Amazônia é a maior produtora mundial do oxigênio que mantém a Terra viva! Acontece que essa história de “pulmão do mundo” é uma enorme bobagem. Na verdade, são as algas marinhas que fazem a maior parte desse trabalho – elas jogam na atmosfera quase 55% de todo o oxigênio produzido no planeta. E mais: florestas como a Amazônia, segundo os cientistas, são ambientes em clímax ecológico. Isso quer dizer que elas consomem todo – ou quase todo – o oxigênio que produzem⁶;

⁶ Disponível: <http://super.abril.com.br/ciencia/a-amazonia-nao-e-o-pulmao-do-mundo/>



Nesse sentido, a Amazônia é sempre destacada a partir destas visões reducionistas. Assim, podemos destacar uma perspectiva de redução das culturas, das tradições e das populações da região. Os meios midiáticos são fundamentais para reproduzir e difundir essas ideias estereotipadas.

Assim, como destaca Maria Regina Celestino de Almeida.

As interpretações sobre as relações de contato eram pensadas com base em dualismos simplistas que estabeleciam rígidas oposições entre índio aculturado e índio puro; aculturação e resistência cultural, (entendida esta última como negação dos novos valores culturais impostos); estrutura cultural (fixa, imutável e orientadora do comportamento dos povos primitivos) e processos históricos (responsáveis por introduzir mudanças e conduzir à extinção desses mesmos povos). Esses dualismos foram, em grande parte, responsáveis por abordagens redutivas que conduziram a visões equivocadas sobre a atuação dos índios nos processos históricos (ALMEIDA, 2010, p. 16).

Desse modo, os jornais acreanos reforçam essa perspectiva, pois as páginas ocupadas colocam a atuação dos indígenas dentro de uma perspectiva historiográfica reducionista, isto é, esses sujeitos históricos são elevados ao patamar da violência sem problematizar as razões que os levaram a tais atos. Cabe advertir que, as pesquisas históricas, sociológicas, antropológicas em diferentes tempos e espaços revelam a gigantesca capacidade dos indígenas de agirem motivados por interesses próprios diante das mais violentas situações. Entretanto, as formas de olhar para o passado indígena durante muitos anos remetiam a uma historiografia materializada nos modelos de interpretações eurocêntrico e colonialista, disfarçando a agência indígena e sua diversidade cultural.

Porém, o Jornal Varadouro apresenta-se na contramão dessa perspectiva reducionista, pois se consolida como um jornal porta voz das populações amazônicas. Desse modo, destacando as lutas, as denúncias, as violências. Nesse sentido, o quadro abaixo destaca as matérias relacionadas aos povos indígenas:

JORNAL VARADOURO	
1ª edição	Índios (ou caboclos) do Acre pág. 7-13
4ª edição	Índios pág. 14; Caxinauas ou “farofas-frias” pág. 15.
5ª edição	Um índio para o presidente pág. 15
9ª edição	Índio sabe falar, sim! Pág. 5-7
10ª edição	O índio não deixa de ser índio só porque usa calça e



	camisa pág. 5-7
11ª edição	Misérias, doenças, explorações. Os índios oferecem denúncias pág. 11-13
12ª edição	Nossos índios, nossos mortos pág. 11-13 Índios vivem acoxados pág. 17
13ª edição	Turiano, um índio a procura de “patrão” pág. 17
14ª edição	Seis mentiras contadas sobre o índio pág. 17-22
16ª edição	Até fazendeiro a Funai já produziu no Acre pág. 19-20
18ª edição	Um, dois, um, dois (índios marchando) pág. 2 Vá lá lavá o chão. Índio pág. 15
19ª edição	“Nós não queremos morrer” pág. 14-16 Índios e colonos unidos pela terra pág. 26
20ª edição	Cadê o dinheiro dos caxis? Pág. 6
21ª edição	União das Nações Indígenas pág. 18
22ª edição	O 1º de maio e os índios pág. 11 Índio quer terra na terra pág. 12
23ª edição:	Índios seringueiros do Acre pág. 2 Funai esconde a verdade pág. 15-17
24ª edição	Kaxarari: estes ilustres desconhecidos pág. 15

Esses dados acima são necessários, pois destaca o diferencial do Jornal Varadouro. Desse modo, como analisa Sobrinho: A linha editorial sempre esteve colocada à realidade dos pobres do Acre: seringueiros, posseiros, índios, sem teto, moradores da periferia etc. Os movimentos sociais, sindicatos e a questão da terra foram temas com tratamento privilegiados (SOBRINHO, 2011, p. 205).

Nesse sentido, esse jornal toca em temas marginalizados pelos outros jornais da cidade. E destaca bem as lutas e reivindicações das várias camadas sociais que estavam em contato com a pátria do boi. Como destaca (SOBRINHO, 2011), *O Varadouro*, desde sua constituição, caracterizou-se como um jornal não atrelado a qualquer corrente de esquerda, e evitou também, ser confundido com um jornal de frente de esquerda.

Observar-se que, a edição número 1 intitulado como “índios (ou Caboclo) do Acre” apresenta a história dos povos indígenas dos vales do Acre – como eram as correias no Purus e Juruá. “A questão indígena foi o tema de maior presença nas páginas do *Varadouro*. No quadro-resumo das principais matérias publicadas na primeira edição, o jornal fez referência ao destaque especial para o índio” (SOBRINHO, 2011, p. 227).

Diante disso, o *Varadouro* apresenta um novo olhar para a história do Acre, pois traz para o centro do debate o protagonismo indígena e os vários métodos de resistência dos povos indígenas no Acre. Assim, podemos ressaltar que os jornais têm grandes destaques na formação de representação e discurso sobre determinados assuntos. Desse modo, a linguística destaca que, os autores jornalísticos não são neutros, mas partem de uma estrutura, de



ideologia, etc. Este jornal destaca também uma perspectiva de História Oral, porque ao longo das edições apresenta conversas com os povos indígenas. Nesse sentido, destacando a História das populações indígenas do Acre e as várias violências sofridas por estes grupos étnicos.

As tiragens do jornal foram crescendo a cada edição. Para os sindicatos e as CEBs destinavam-se quase dois mil exemplares. O *Varadouro* também circulou em várias cidades do país: Porto Velho, Brasília, Recife, Belém, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, vindo inclusive a integrar-se ao pacote nacional dos alternativos (SOBRINHO, 2011, p. 214).

Nesse sentido, a difusão do jornal estava para além da geografia do Acre, mas perpassava outras conjunturas. Como aborda Sobrinho (2011), este jornal teve razoável número de leitores assinantes. Porém, o grande número de leitores a partir das bancas e jornaleiros.

A viabilidade e o sucesso de público do *Varadouro* foram atribuídos, conforme Elson Martins da Silveira, “porque, contava com pessoas que estavam dispostas à luta, dispostos a enfrentar juntas com os posseiros e seringueiros os jagunços, os fazendeiros, os policiais e até algumas autoridades de segurança corruptas” (SOBRINHO, 2011, p. 214).

Desse modo, a aceitação do jornal *Varadouro* foi marcada por uma diversidade de pessoas. Assim, podemos destacar às pessoas comprometidas com as questões marginalizadas pelas outras editoras jornalísticas. As temáticas apresentadas no *Jornal Varadouro* são diversas, por exemplo, a questão da terra, os povos indígenas, as publicidades, a questão social e os movimentos sociais urbanos.

O *Varadouro* deixou de existir quase simultaneamente à morte de outro alternativo: o *Jornal Movimento*. Em momento algum sofreu a ação repressiva da censura, porém, muitas foram às ameaças contra seus editores e repórteres. A democracia interna foi além da equipa de redação, incorporando na discussão de sua pauta índios, estudantes, intelectuais, trabalhadores ou qualquer pessoa que se dispusesse a participar das reuniões para esse fim (SOBRINHO, 2011, p. 214).

Assim, podemos destacar que o jornal sobreviveu e resistiu a um período destacado como Ditadura-militar-civil que afetou o Brasil (1964 –1985). Esse período foi caracterizado com dois lemas, ou seja, a luta contra o comunismo e o fim da corrupção. Dessa maneira, o *Jornal Varadouro* foi destaque nas matérias de denúncias contra toda forma de violência,



saque de terra etc. ele estava disposto a testemunhar, difundir e denunciar as políticas de colonização que assolava os povos da Amazônia.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto acima, podemos destacar que o Jornal *Varadouro* apresenta uma perspectiva muito interessante, dando visibilidade aos povos indígenas do Acre, construindo um novo olhar que considera a valorização dos povos indígenas na formação histórica e social do Acre. Assim, rompendo com a historiografia do Acre de silenciamento e exclusão da atuação dos povos originários da região e mostrando que, os povos indígenas, apesar das correrias, sempre resistiram a todos os processos de dominação e colonização no Acre.

O Jornal *Varadouro* foi um informativo muito pertinente na conjuntura histórica civil-militar, porque não se deixou silenciar pelo momento histórico, mas foi fundamental para difundir e denunciar todos os processos de violências e saques de terras praticados pelos governos militares e os “paulistas”. Desta forma, esse jornal que se caracterizou como “a voz das selvas”, traz à tona uma Amazônia no sentido da pluralidade, visibilizando os povos originários do Acre.

Por fim, quando analisamos as narrativas da Amazônia se destaca as representações reducionistas da região e de suas populações, tratando a região como se ela fosse singular e conhecida. Por outro lado, o Jornal *Varadouro* se destaca porque rompeu com esses imaginários eurocêntricos, concebendo uma Amazônia plural de resistências, lutas e reivindicações de suas populações, começando pelos povos originários.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

DUARTE, Élio Garcia. **Conflitos pela terra no Acre: a resistência dos seringueiros de Xapuri**. Rio Branco: Casa da Amazônia, 1987

KAYAPÓ, E. **Identidade e literatura indígena: o encontro necessário na escola brasileira**. ALBUQUERQUE, G. R. (Org.). Das margens. Rio Branco (AC): Nepan Editora, 2016, pp. 57-75.



OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “Pacificação” regime de tutela e formação da alteridade.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade de Poder e Classificação Social.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria de Paula (Orgs.). *Epistemologia do Sul.* Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009.

ROMANO, Ruggiero. **Os Mecanismos da Conquista Colonial.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

SAID, Edward W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente.** Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOBRINHO, Pedro Vicente Costa. **Comunicação Alternativa e Movimentos Sociais na Amazônia Ocidental.** Acre: Paim, 2011.